

Revista de Ciências Históricas  
Universidade Portucalense

Vol III  
1988



Museu do Trajo  
São Brás de Alportel  
Centro de  
Documentação

3517



Casa da Cultura António Bentes  
S. Brás de Alportel

Biblioteca

3517  
Livro n.º

2-4  
Cota n.º

**A Ameaça Externa sobre o Algarve  
durante a Crise dos Fins do Século XIV**

Humberto Baquero Moreno



## A AMEAÇA EXTERNA SOBRE O ALGARVE DURANTE A CRISE DOS FINOS DO SÉCULO XIV

Por

HUMBERTO BAQUERO MORENO (\*)

### SOMMAIRE:

Après la révolution de 1383, pesa sur la région d'Algarve la menace d'invasion de la part de Castille. L'absence d'une classe noble de poids et qui en plus était engagée avec Dona Béatrice, a fait que le peuple eusse pris le parti du Maître d'Aviz.

Plusieurs ont été les mesures prises par les habitants de l'Algarve à fin d'assurer la défense de leurs villes, dans la crainte d'une attaque dirigée contre eux, dès Mertola, ville qu'avait pris le parti de Castille. Cet enclave ennemi dans le territoire portugais était un danger assez gênant qui s'est en partie évanoui après la victoire portugaise d'Aljubarrota en l'année 1385.

### SUMMARY:

After the crisis of 1383, Algarve was threaten of being invaded by Castilia. The lack of a strong noble class which was besides engaged with Dona Beatriz, made the people choose to stand by the Mestre d'Aviz. The population of Algarve provided the protection of their towns, as they were afraid that an invasion could be carried out by the city of Mertola, whose population had joined the Castilian. The existence of such an hostile enclave in the portuguese territory was a rather annoying danger, dissipated in 1385 by the victory of the portuguese in the battle of Aljubarrota.

Não são muito abundantes as referências contidas em Fernão Lopes, relativas ao comportamento da nobreza e do povo algarvio durante a grave crise vivida em Portugal logo após a morte do rei D. Fernando, ocorrido em 22 de Outubro de 1383.

O papel do Algarve e as atitudes assumidas pelos seus naturais, durante esses conturbados dias que se seguem a esse acontecimento, mereceram a Alberto Iria algumas densas páginas que derramam muita luz sobre factos que, em geral, têm passado à margem no conspecto da historiografia portuguesa (1)

(\*) Professor da F.L.U.P. e do Departamento de Ciências históricas da Universidade Portuguesa.

(1) Atente-se em particular nos estudos deste historiador algarvio, designadamente *O Algarve e os Descobrimentos*, tomo I, Lisboa, 1956, pp 177-189 e *O Algarve e a Independência Nacional na crise política de 1383-1385*, in "Independência", n.º 27, Lisboa 1962, pp. 8-36.

ALFARRABISTA  
SIMÕES  
COMPRA E VENDA DE LIVROS  
2ND BOOKS  
Telej. 26618  
R. Francis. Horta, 15 - 8000 FARO



A perspectiva que iremos abordar de seguida orienta-se no sentido de averiguar se teria havido de facto a intenção por parte de forças andaluzo-castelhanas de invadir o território português, precisamente na sua região mais meridional, abrangendo parte do Baixo Alentejo e o Algarve. De notar que tanto Fernão Lopes como as fontes conhecidas de autores nacionais são omissas em relação a este ponto, havendo, contudo, elementos de interesse nas Actas das Vereações de Loulé que ajudam a compreender a existência de um clima de ansiedade entre os algarvios face à ameaça duma invasão.

Teria havido, de facto, a intenção de entrar na região algarvia por parte dos castelhanos?

Antes de avançar uma resposta a esta questão, que se apresenta insuficientemente esclarecida, cumpre-nos estabelecer, o mais sucintamente possível, as diversas fases vividas no Algarve no início da revolução de 1383.

Apesar da lealdade à causa encabeçada pelo Mestre de Avis, demonstrada pelos homens dos concelhos algarvios de Faro, Tavira, Loulé, Silves, Albufeira e Castro Marim <sup>(2)</sup>, existiram problemas entre facções opostas, que colocaram, frente a frente, partidários daquele dirigente e opositores apoiantes do partido de Dona Beatriz, mulher de João I de Castela.

Uma importante fonte revelada por Alberto Iria, extraída do Tombo Velho da Câmara Municipal de Faro, mostra-nos que, junto à ponte romana de Tavira, se travou um duro combate entre partidários do Mestre de Avis, residentes em Faro e nessa localidade, capitaneados por Gonçalo Mendonça, e adversários favoráveis a Dona Beatriz, que, entretanto, foram vencidos depois de se haverem apoderado desse reduto <sup>(3)</sup>.

Apesar do silêncio de Fernão Lopes em relação à luta entre facções opostas que se digladiavam no Algarve, existem provas documentais que alguns dos seguidores de Dona Beatriz tiveram os seus bens confiscados. Assim, sabemos que Fernão Lopes, residente em Lisboa, viu-se beneficiado por carta do Mestre de 10 de Abril de 1384, com uma casa sediada na ribeira de Faro, no Algarve, as quais pertenciam ao castelhano Pero Rodrigues, que andava em companhia de João I de Castela <sup>(4)</sup>.

Além do exemplo aduzido de um natural de Castela, outros dois casos temos, desta feita de cidadãos portugueses apoiantes de Dona Beatriz. Um dos que se viu privado de seus bens, por este motivo, foi Gil Anes. A carta dada pelo mestre em 10 de Maio de 1384 determinava que o seu vassalo e escudeiro Lopo Álvares, fosse beneficiado, com transmissão a seus herdeiros, de entre outras coisas, por um bacelo existente em Faro, que fora pertença daquele indivíduo que o trazia aforado do rei D. Fernando e o perdera por se encontrar na facção

<sup>(2)</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, ed. Civilização, vol. I, Porto, 1983, cap. CLXII, p. 348.

<sup>(3)</sup> Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, p. 178.

<sup>(4)</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 7v. Cf. Alberto Iria, *O Algarve e a Independência...*, p. 20.



contrária (5). As mesmas razões aparecem invocadas na carta de D. João, de 22 de Setembro de 1384, ao doar a seu vassalo Gonçalo Vasques da Fonseca e a seus herdeiros, os bens móveis e de raiz que João Airas, natural de Estoi, termo de Faro, filho de Airas Afonso, possui nesse lugar e noutros sítios (6).

Estes escassos exemplos, que se podem apresentar relativos a partidários de Dona Beatriz no Algarve, constituem indicativo que, embora minoritariamente, alguns houve que aderiram ao partido legitimista e se opuseram ao movimento nacionalista surgido em Lisboa com um grupo de homens unidos em torno do Mestre de Avis. Talvez mesmo, com toda a verosimilhança, uma das razões que ajude a explicar a adesão do Algarve a D. João se deva, sobretudo, à ausência duma grande nobreza nesse espaço territorial, ao invés do que se verificava noutras áreas do país.

Todos os apoiantes do Mestre de Avis no Algarve, referidos por Fernão Lopes, pertencem na sua grande maioria à pequena nobreza ou, em casos pontuais, à média nobreza. Nenhum dos nobres referidos se insere na grande nobreza, não havendo também neste sector apoiantes da causa de Dona Beatriz.

Da vila de Tavira, colhem-se os nomes de Rodrigo Afonso de Aragão, Vasco Anes, Gonçalo Arrais e Martim Arrais. Da vila de Faro, provinham Nuno Gonçalves Velho, Pedro Afonso de Âncora, João Fernandes Garganta, Gonçalo Vasques Baião e Pai Pereira. Por sua vez, de Loulé eram originários Vasco Afonso, João Vasques, Gonçalo Nunes Barreto e Lopo Esteves de Sarria (7). A estes podemos ainda acrescentar os louletanos Vasco Lourenço e João Gonçalves (8).

Toda esta nobreza algarvia, com excepção dos dois últimos, mereceu a atenção de Alberto Iria, numa tentativa de esclarecer o peso social e interveniente de cada um. Com a maior brevidade possível, procederemos à caracterização de cada um destes homens.

De *Rodrigo Afonso de Aragão*, vassalo do rei, que nos aparece em Fernão Lopes como residente em Tavira, penso tratar-se do mesmo residente em Olivença que havia obtido do rei D. Fernando a carta de 1 de Julho de 1381, que o libava da morte de Lourenço Afonso Ruano, assassinado nessa vila (9). Devia pertencer à média nobreza provinciana e acabaria por fixar-se naquela vila algarviã. Comprometido com o Mestre de Avis no processo revolucionário, alcançou, em 10 de Agosto de 1384, bens móveis e de raiz localizados em Tavira e no seu termo e que pertenciam a mouros que haviam fugido para Marrocos. No mês seguinte, no dia 8, recebeu umas casas na ribeira de Faro confiscadas a Gonçalo Fernandes de Valadares, que se encontrava na facção contrária (11).

(5) A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, fol. 11v. Cf. Alberto Iria, *ob. cit.*, p. 20.

(6) A.N.T.T., *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, fol. 40v. Cf. Alberto Iria, *ob. cit.*, p. 22.

(7) Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. CLXI, p. 340.

(8) *Actas das Vereações de Loulé*, Loulé, 1984, pp. 5-6.

(9) Fernão Lopes, *ob. cit.*, cap. CLIX, p. 340.

(10) A.N.T.T. *Chancelaria de D. Fernando*, livro 3, fol. 74.

(11) Alberto Iria, *O Algarve e a Independência...*, p. 16.



D. João I outorgou a este cavaleiro, em 4 de Fevereiro de 1391, a renda dos tabeliães de Tavira e, no ano seguinte, por carta de 31 de Dezembro, aforou-lhe na ribeira de Asseca no termo daquela vila, um moinho, vinhas e herdades de pão. Por último, já no exercício da alcaidaria do castelo de Tavira, obteve do rei, em 23 de Junho de 1395, novo aforamento na mencionada ribeira que costumava trazer Vasco Lourenço de Cabreira <sup>(12)</sup>.

*Vasco Anes*, escudeiro e morador em Tavira, pertencia à pequena nobreza. O Mestre de Avis doou-lhe, em 30 de Março de 1384, as rendas e direitos da mouraria de Tavira. Foi pai de Vasco Anes Cortereal, cavaleiro da casa real, alcaide-mor de Tavira, armeiro-mor e fronteiro-mor do Algarve, "o primeiro desta família que teve este apelido, dado por el-rei D. João I" <sup>(13)</sup>.

De Tavira, temos ainda a *Gonçalo Arrais* e a *Martim Arrais*, ambos cavaleiros e provavelmente irmãos, também pertencentes à pequena nobreza local. Do primeiro, sabe-se que recebeu do mestre de Avis, sendo seu vassalo, em 17 de Abril de 1384, pelos muitos serviços prestados, um figueiral em Tavira que trazia aforado da coroa Constança Vasques. Mais tarde, em 18 de Maio de 1394, recebeu do rei o quinto da azenha sediada na Calçada <sup>(14)</sup>.

Apesar de *Nuno Gonçalves Velho* ter sido nomeado alcaide do castelo de Faro pelo rei D. Fernando, em 28 de Março de 1373, manteve-se fiel ao partido do Mestre de Avis <sup>(15)</sup>. Exerceu uma intensa actividade em defesa da fronteira algarvia conforme se comprova na vereação louletana de 25 de Maio de 1385, em que solicita auxílio no envio de homens de armas e besteiros a Mértola, ponto sensível da invasão andaluzo-castelhana <sup>(16)</sup>. Este cavaleiro aparece-nos ligado à família dos Velhos, sendo um membro destacado da nobreza local algarvia.

De Faro, também, era o cavaleiro *Pedro Afonso de Âncora*, que igualmente nos aparece como uma destacada figura da média nobreza do Algarve. Em 17 de Março de 1415, era alcaide-mor de Faro, tendo sido o fundador, em Faro, da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos, cuja missão consistia em resgatar os cativos cristãos em terras ocupadas pelos muçulmanos, concretamente Marrocos e Granada. Foi, ainda, um dos intervenientes da conquista de Ceuta em 1415 <sup>(17)</sup>.

Em relação a *João Fernandes Garganta*, apenas sabemos tratar-se de um simples escudeiro pertencente à pequena nobreza algarvia. O mesmo se pode dizer de *Gonçalo Vasques Baião*.

Quanto a *Pai Pereira*, estamos na presença de um vassalo de Faro, integrando a média nobreza. D. João I recompensa-o largamente. Em 7 de Setembro de 1386, doou-lhe as rendas e direitos da comuna dos mouros em Faro. No ano seguinte, em

<sup>(12)</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 16-17.

<sup>(13)</sup> João Baptista da Silva Lopes, *Corografia do Reino do Algarve*, Lisboa, 1841, p. 470. Cf. Alberto Iria, *ob. cit.*, p. 17.

<sup>(14)</sup> Alberto Iria, *ob. cit.*, p. 11.

<sup>(15)</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 14-15.

<sup>(16)</sup> *Actas das Vereações de Loulé*, p. 75.

<sup>(17)</sup> Alberto Iria, *ob. cit.*, pp. 15-16.



10 de Junho, recebe do monarca os bens móveis e de raiz confiscados a Urraca Fernandes, viúva de Diogo Soares de Albergaria e de sua filha Catarina Dias, que se encontravam localizados em Faro e lhes haviam sido tirados por ambas se encontrarem exiladas em Castela. Finalmente, em 24 de Outubro de 1390, recebeu da coroa a herdade de Almargem do Rei, localizada no termo de Faro <sup>(18)</sup>.

*Vasco Afonso*, apoiante do Mestre de Avis, aparece-nos em várias sessões da vereação de Loulé, como alcaide da referida vila. Supomos tratar-se do alcaide-pequeno e pertencer a um escalão baixo da nobreza <sup>(19)</sup>. Seu irmão *João Vasques* deverá situar-se na mesma categoria.

O cavaleiro *Gonçalo Nunes Barreto* participou em algumas sessões da câmara de Loulé <sup>(20)</sup>. Figura de destaque da nobreza local, situado mesmo num plano superior da nobreza média, obteve, por carta de escambo de 19 de Setembro de 1413, o reguengo da Quarteira em troca da vila de Cernache, que regressou à posse da coroa <sup>(21)</sup>. Participante na tomada de Ceuta em 1415 recebeu do governador da praça, D. Pedro de Meneses, a torre de Fez, que fazia parte integrante do pano de muralha <sup>(22)</sup>.

*Lopo Esteves de Sarria* surge-nos, a par do anterior, como um dos mais destacados cavaleiros de Loulé e do Algarve. Desde as primeiras sessões camarárias, o seu nome aparece em sucessivas vereações, surgindo ainda no desempenho das funções de juiz geral <sup>(23)</sup>. D. João I concedeu-lhe, em 6 de Novembro de 1388, as salinas e a Casa do Sal da vila de Faro e ainda cento e sessenta libras de moeda antiga que a coroa recebia dos mouros da localidade pelo tratamento das herdades. Também em 19 de Abril de 1396, a coroa confirmou-o no desempenho de protector dos mouros de Faro, funções para que havia sido eleito pela comunidade muçulmana. Tratava-se, com efeito, de um autêntico cavaleiro-mercador, surgindo o seu nome no *Livro da Repartição da Fruta* como fornecedor dos mercadores que a compravam com destino a Marrocos <sup>(24)</sup>.

Outros dois nomes de louletanos, pertencentes à pequena nobreza local, devemos referir, apesar de Fernão Lopes os não mencionar. *Vasco Lourenço*, cavaleiro e procurador de Loulé, que ainda exerceu as funções de juiz, aparece-nos em sucessivas vereações <sup>(25)</sup>, tendo sido encarregado pelos homens bons do concelho, nos primeiros meses de 1385, de fiscalizar a edificação de artefactos militares entre as ameias do castelo <sup>(26)</sup>. Outro cavaleiro é *João Gonçalves*, cujo nome aparece ligado às vereações

<sup>(18)</sup> Idem, *Ibidem*, p. 15.

<sup>(19)</sup> *Actas das Vereações de Loulé*, pp.12 e seguintes.

<sup>(20)</sup> *Ibidem*, pp. 18 e seguintes.

<sup>(21)</sup> Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimientos*, p. 394.

<sup>(22)</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes*, in "Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa", vol. II, Lisboa, 1792, p. 233.

<sup>(23)</sup> *Actas das Vereações de Loulé*, pp. 6 e seguintes.

<sup>(24)</sup> Alberto Iria, *O Algarve e a Independência*, pp. 13-14.

<sup>(25)</sup> *Actas das Vereações de Loulé*, pp. 5 e seguintes.

<sup>(26)</sup> *Ibidem*, p. 52.



de Loulé <sup>(27)</sup>, colhendo-se, ainda, a referência que, no ano de 1385, se encontrava ao serviço do Mestre de Avis <sup>(28)</sup>.

De *Rodrigo Álvares Banzão*, natural de Albufeira, nada se colhe para além da menção de Fernão Lopes. Deve tratar-se de um simples escudeiro. Quanto a *Fernão Pires Banha*, também de Albufeira, penso que deverá possuir um estatuto semelhante. O mesmo se podendo afirmar do seu conterrâneo *João Delgado*.

Já em relação a *Gonçalo Navarro*, natural de Albufeira, com uma condição social idêntica à dos anteriores, aparece-nos referido entre os assistentes às vereações de Loulé, desde, pelo menos, 6 de Fevereiro de 1385 <sup>(29)</sup>.

Não há dúvida que toda esta pequena e média nobreza serviu de suporte ao povo algarvio no apoio à causa do Mestre de Avis. Se exceptuarmos o conflito pontual, atrás referido, junto à ponte romana de Tavira, com a derrota dos partidários de Dona Beatriz, temos que o Algarve, no seu conjunto, funcionou como um baluarte da causa nacionalista. Como não bastasse apenas a sua fidelidade, ainda antes do cerco castelhano de Lisboa iniciado em 26 de Maio de 1384, enviaram desde o Algarve, em auxílio dos da capital, uma galé e uma galiota devidamente apetrechadas e armadas para a guerra que se avizinhava <sup>(30)</sup>.

Acompanhemos, contudo, a resistência algarvia no próprio território, face ao temor de uma possível invasão andaluzo-castelhana.

Através das sessões camarárias de Loulé, podem-se acompanhar, em parte, as preocupações defensivas dos naturais, receosos de algum ataque vindo do exterior. Assim, em 24 de Dezembro de 1384, quando o Mestre de Avis se encontrava em Torres Vedras, após um longo cerco militar <sup>(31)</sup>, os louletanos preocupavam-se com a reparação da Torre de Faro e o levantamento dos muros e das ameias que eram baixas «pera afortelezamento da dicta vila», do mesmo modo que se recusavam a enviar homens para Castro Marim, localidade da fronteira, por serem essas pessoas necessárias para as obras acima referidas <sup>(32)</sup>.

Lembramos que, entretanto, João I de Castela, após o levantamento do cerco de Lisboa em 27 de Agosto de 1384, dirigiu-se a Torres Vedras, onde permaneceu até meados de Setembro, para depois regressar a Castela por terras de Plasencia e inflectir para a Andaluzia, passando por Córdova e chegando a Sevilha em meados de Dezembro. Esta permanência em Sevilha, que dura todo o mês de Janeiro de 1385, tinha um carácter exclusivamente militar <sup>(33)</sup>.

Naturalmente que a presença do monarca castelhano na Andaluzia, com fins militares, deveria causar a maior perturbação e apreensão nas gentes algarvias,

<sup>(27)</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>(28)</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>(29)</sup> *Ibidem*, p. 56 e seguintes.

<sup>(30)</sup> Fernão Lopes, *ob. cit.*, Cap. CX, p. 212.

<sup>(31)</sup> Veja-se a minha *Introdução à Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, p. XIII.

<sup>(32)</sup> *Actas das Vereações de Loulé*, pp. 46-47.

<sup>(33)</sup> Luís Suarez Fernandez, *Historia del reinado de Juan I de Castilla* tomo I, Madrid, 1977, pp. 404-405.



receosas duma invasão. Em Cadiz, armava-se uma frota que poderia atacar a costa meridional <sup>(34)</sup>.

A questão da reparação e do levantamento dos muros e da vila continuou a dominar as preocupações dos autarcas louletanos em Janeiro de 1385. Ordenavam os responsáveis locais que todo o sal das salinas devia ser recolhido «per gisa que se inimigos veerem que o nom achem». Também os besteiros e os almocreves deviam ter as suas bestas de arremesso preparadas e com a reserva individual de cento e vinte setas. Cumpria ao juiz Álvaro Vasques Pimentel fazer o alardo e verificar «como estão postados». De igual modo, todos os vizinhos do lugar deviam possuir a sua «funda de manguela», que era uma arma de arremesso <sup>(35)</sup>.

Aqueles que não cumprissem as determinações estabelecidas incorriam na pena de degredo pelo espaço de três meses, seguindo, normalmente, o destino que era Castro Marim na fronteira <sup>(36)</sup>.

O Mestre de Avis contava com o apoio do Algarve a favor da sua causa. Na vereação de 6 de Fevereiro de 1385 o concelho tomou conhecimento duma crença ordenada por aquele negedor e defensor do reino desde Alenquer, com data de 2 de Dezembro do ano anterior. Decorrido pouco mais de um mês chegava assim ao Algarve João Afonso, camareiro-mor do referido mestre com o pedido expresso de «ajudã d'algua prata pera fazer moedas pera pagar os homens d'armas que com elle andam em difendimento destes reinos de Portugal e do Algarve». No caso desta falta solicitava uma quantia de dinheiro, o que no caso de Loulé se traduziu num auxílio de mil libras, de que ninguém ficava desobrigado, mesmo que se tratasse de fidalgo, de orfão ou de viúva <sup>(37)</sup>.

Na sua observação das condições de segurança da vila de Loulé defendia João Afonso que as mesmas eram precárias. Verificava, com efeito, que «a cerca da vila he erma e despobrada e esto he pelos arrabaldes de fora que soom grandes» e que os seus moradores não tinham casas onde se pudessem acolher. Para obstar a este estado de coisas recomendava a todos os residentes na cerca que viessem morar no interior da vila e edificassem casa nos pardeciros desocupados, que fossem tanto pertença da coroa como do próprio concelho. Ordenava, ainda, que toda a telha e a madeira encontrada nos arrabaldes fosse recolhida e guardada, de maneira a que «se inimigos veerem que nom achem em que se acolher e que pello dictos arravaldes aa vila nom venha dano nenhum» <sup>(38)</sup>.

Em pleno mês de Fevereiro de 1385 o perigo rondava a fronteira, sendo insistentes os pedidos de auxílio que partiam de Castro Marim, vila fortaleza situada na fronteira com a Andaluzia. Por esse então o rei de Castela permanecia em Sevilha, que só viria a deixar em principios de Março, ficando em sua representação Pedro

<sup>(34)</sup> *Idem, Ibidem*, p. 405.

<sup>(35)</sup> *Actas das Vereações de Loulé*, p. 52.

<sup>(36)</sup> *Ibidem*, pp. 52-53.

<sup>(37)</sup> *Ibidem*, pp. 56-58.

<sup>(38)</sup> *Ibidem*, pp. 59.



Tenório nessa cidade com amplos poderes (39). Face ao receio duma invasão inimiga acordaram os de Loulé enviar Rui Gomes ao carregedor que se encontrava em Castro Marim, com o intuito de manifestar-lhe que o concelho estava pobre e que por isso não podia enviar homens para essa vila (40).

Entretanto, devemos lembrar, que nos dias 22 e 23 de Fevereiro o Mestre de Avis, encontrava-se em Leiria, a caminho de Coimbra, cidade que alcançou em 3 de Março, com o propósito de levar a efeito as cortes que havia convocado (41). Em Loulé, na vereação de 27 de Fevereiro procedia-se à escolha de Diogo Anes e Estevão Anes, como representantes concelhios às cortes de Coimbra, com ajudas de custo diárias de quatro libras, o que totalizaria uma despesa global de duzentas libras, verba essa obtida essencialmente a partir dos «dinheiros do relego» (42).

Posteriormente, na vereação de 5 de Março, votavam uma certa desconfiança em relação aos procuradores designados ao afirmarem «que se temiam d'emviiar as cortes [de Coimbra] aqueles que era acordado», pelo que resolviam nomear a João Lopes, que para o efeito seria portador da procuração e dos capitulos especiais do concelho (43). Ignoramos as razões da derconfiança em relação aos inicialmente mandatados.

A preocupação face a uma invasão castelhana patenteia-se na sessão de 24 de Abril, em que se fala abertamente num ataque a Portugal do rei João I de Castela. A fim de se certificarem enviaram a Beja a um rendeiro da vila, João Domingues, que receberia diáriamente quinze soldos para sua manutenção e a quem imcumbiria saber «taaiis novas e se recado nom achar em Beja que vaa aa cidade d'evora e da resposta que achar que lhi traga recado» (44).

Recordemos que nesta altura já o Mestre de Avis fora elevado a rei de Portugal, em cerimónia ocorrida em 6 de Abril e que havendo deixado Coimbra estava prestes a entrar na cidade do Porto, onde se detecta a sua presença no dia 25 de Abril, com permanência até ao dia 5 de Maio. Daqui parte o rei português para a conquista de Ponte de Lima no termo da segunda década de Maio e segue de imediato para Guimarães, urbe de que vai apoderar-se a onde se encontra de 23 de Maio a 8 de Junho (45).

Por seu turno o rei de Castela encontra-se em Cordova no dia 12 de Março e em Talavera a 28 desse mês, onde torna a ser assinalado em 28 de Abril. Em Oropesa encontra-se em 29 e 30 de Abril e em Trujillo no dia 22 de Maio (46).

À medida que João I de Castela se aproxima com o seu exército da fronteira portuguesa crescem os rumores duma iminente invasão. Ignorava-se o ponto exacto de entrada que veio a ser pela fronteira da Beira. O exército castelhano

(39) Luis Suárez Fernandez, *ob cit.*, p. 405.

(40) *Actas das vereações de Loulé*, p. 62.

(41) Veja-se a citada *Introdução à Crónica de D. João I*, p. XIII.

(42) *Actas das Vereações de Loulé*, p. 63.

(43) *Ibidem*, p. 66.

(44) *Ibidem*, pp. 72-73.

(45) *Introdução à Crónica citada*, pp. XIV-XV.



concentrado em Ciudad Rodrigo nos começos de Julho atravessa a fronteira e conquista Celorico da Beira, onde em 21 desse mês o rei de Castela ordena a feitura do seu testamento <sup>(47)</sup>.

Segundo nos refere o cronista Pero Lopez de Ayala, quando João I de Castela se encontrava em Badajoz, o que deve ter acontecido em fins de Maio, e se situava próximo de Elvas, teve conhecimento da derrota de seus homens na batalha de Trancoso <sup>(48)</sup>. A mesma havia com efeito ocorrido em o dia 28 de Maio de 1385 <sup>(49)</sup>.

No trajecto de Badajoz para Ciudad Rodrigo o rei de Castela soube que cavaleiros e peões de Beja e do Algarve haviam atacado a vila de Mertola, no reino de Portugal, cujo alcaide Fernando de Antas, cavaleiro e comendador-mor da Ordem de Santiago, apesar de português, havia seguido o partido contrário. Enquanto os atacantes sitiavam a castelo de Mértola, o seu alcaide requeria auxílio a Sevilha, enviando cartas para essa cidade em que dava a conhecer que a vila de Mértola já havia sido ocupada, enquanto o castelo resistia à espera que viessem em seu socorro <sup>(50)</sup>.

O ataque a Mértola deve-se ter dado na segunda quinzena de Maio. Na vereação louletana de 25 de Maio, os homens do concelho a pedido de Nuno Velho, alcaide do castelo de Faro, decidiram enviar homens de armas e besteiros «pera guarda e defensam» dessa vila, que entretanto havia sido ocupada. Loulé contribuía com quatro homens de armas, recebendo cada um a diária de vinte e cinco soldos, e cinco besteiros, que por seu turno recebiam individualmente dez soldos <sup>(51)</sup>.

Ao pedido de auxílio de Fernando de Antas corresponderam os de Sevilha, que concordaram em enviar-lhe socorro. A posse de Mértola interessava aos sevilhanos, pois como sublinha Ayala «era la principal entrada por aquella comarca de Sevilla contra el Algarbe é el Campo de Orique, é otrosi porque complia à servicio del Rey, pues aquel caballero tenia su parte» <sup>(52)</sup>.

Efectivamente, a operação de auxílio partiu da iniciativa de Alvar Perez de Guzman, alguacil maior de Sevilha, que apenas tinha dezoito anos de idade. À frente duma expedição constituída por trezentos homens de armas e oitocentos peões recrutados no concelho de Sevilha atacou os sitiados portugueses que cercavam o castelo de Mértola. Apesar destes, segundo Ayala, terem duzentos homens a cavalo e oitocentos a pé, o que lhes dava uma supremacia numérica, foram derrotados pelos sevilhanos. Recuperada a vila por estes últimos, foi abastecida e guarnecida <sup>(53)</sup>.

<sup>(46)</sup> Luís Suárez Fernandez, *ob. cit.*, p. 405.

<sup>(47)</sup> *Ibidem*, pp. 405-406.

<sup>(48)</sup> *Crónica delrey Don Juan primeiro de Castilla é de Leon*, in tomo LXVIII da "Biblioteca de Autores Españoles", Madrid, 1953, Cap. IX, p. 99.

<sup>(49)</sup> Carmen Batlle, *La fecha de la batalla de Trancoso*, in "Anuario de Estudios Medievales", Tomo III, Barcelona, 1966, p. 526.

<sup>(50)</sup> Pero Lopez de Ayala, *ob. cit.*, cap. IX, p. 99.

<sup>(51)</sup> *Actas das Vereações de Loulé*, p. 75.

<sup>(52)</sup> Pero Lopez de Ayala, *ob. cit.*, cap. IX, p. 99.

<sup>(53)</sup> *Ibidem*.



Na realidade, o domínio andaluz sobre Mértola perdurou durante alguns anos. A sua entrega ao rei de Portugal apenas veio a acontecer quando da trégua firmada entre os dois países em 29 de Novembro de 1389 <sup>(54)</sup>.

O insucesso português sobre Mértola deve ter feito aumentar o receio e o temor dos algarvios. Respira-se este ambiente na vereação de Loulé de 14 de Julho de 1385, quando o exército castelhano atravessava a fronteira portuguesa pela região da Beira, ao darem-se rigorosas instruções para que a torre da porta de Faro, as outras torres e o pano de muralha sejam reparados e elevados. Para que se desse execução à obra tornava-se indispensável «que façam carretar cal e arrea a fazer terra e gran presa e costringer todos os mesteiros que façam nas dictas obras quanto poderem e que ajam pera esto totalas rendas da siisa do concelho». Recomendava a todos «que andem hi bem aguçosos e dilejentes em guisa que per sa mengua aa vila nom venha dano nem perigoo» <sup>(55)</sup>.

Com a maior prevenção acordavam que durante o dia fariam sentinela na porta da vila quatro homens bem armados e que de noite a fechassem com segurança. O mesmo em relação às outras portas. Todos os recados e cartas deveriam ser severamente vigiados e controlados. Quem não cumprisse pagaria pesadas multas, na ordem dos quarenta soldos <sup>(56)</sup>.

Este temor constante deve em boa medida ter-se devanecido com a derrota do rei castelhano em Aljubarrota ocorrida em 14 de Agosto de 1385. Desfeito o exército inimigo sentia-se um natural alívio da parte dos algarvios, sem porém os mesmos esquecerem que o enclave de Mértola representava uma sentinela atenta e ameaçadora, a partir do qual a todo o momento poderia ser desferido um ataque sobre o Algarve, sem olvidar ainda a vulnerabilidade que representava a orla marítima que em qualquer altura poderia ser surpreendida por um ataque da poderosa marinha de guerra castelhana.

---

<sup>(54)</sup> Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol. II, cap. CXL, pp. 305-306.

<sup>(55)</sup> *Actas das Vereações de Loulé*, pp. 53-54.

<sup>(56)</sup> *Ibidem*, p. 54.